

Queila Pahim da Silva
Sérgio Ramiro Rivero Guardia
Organizadores

Turismo reflexões e desafios

Volume IV



Pantanal Editora

2023

Queila Pahim da Silva
Sérgio Ramiro Rivero Guardia
Organizadores

Turismo reflexões e desafios
Volume IV



Pantanal Editora

2023

Copyright© Pantanal Editora

Editor Chefe: Prof. Dr. Alan Mario Zuffo

Editores Executivos: Prof. Dr. Jorge González Aguilera e Prof. Dr. Bruno Rodrigues de Oliveira

Diagramação: A editora. **Diagramação e Arte:** A editora. **Imagens de capa e contracapa:** Canva.com. **Revisão:** O(s) autor(es), organizador(es) e a editora.

Conselho Editorial

Grau acadêmico e Nome

Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos
Profa. MSc. Adriana Flávia Neu
Profa. Dra. Allys Ferrer Dubois
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior
Profa. MSc. Aris Verdecia Peña
Profa. Arisleidis Chapman Verdecia
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva
Prof. Dr. Bruno Gomes de Araújo
Prof. Dr. Caio Cesar Enside de Abreu
Prof. Dr. Carlos Nick
Prof. Dr. Claudio Silveira Maia
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos
Prof. Dr. Cristiano Pereira da Silva
Profa. Ma. Dayse Rodrigues dos Santos
Prof. MSc. David Chacon Alvarez
Prof. Dr. Denis Silva Nogueira
Profa. Dra. Denise Silva Nogueira
Profa. Dra. Dennyura Oliveira Galvão
Prof. Dr. Elias Rocha Gonçalves
Prof. Me. Ernane Rosa Martins
Prof. Dr. Fábio Steiner
Prof. Dr. Fabiano dos Santos Souza
Prof. Dr. Gabriel Andres Tafur Gomez
Prof. Dr. Hebert Hernán Soto Gonzáles
Prof. Dr. Hudson do Vale de Oliveira
Prof. MSc. Javier Revilla Armesto
Prof. MSc. João Camilo Sevilla
Prof. Dr. José Luis Soto Gonzales
Prof. Dr. Julio Cezar Uzinski
Prof. MSc. Lucas R. Oliveira
Profa. Dra. Keyla Christina Almeida Portela
Prof. Dr. Leandro Argentel-Martínez
Profa. MSc. Lidiene Jaqueline de Souza Costa Marchesan
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann
Prof. MSc. Marcos Pisarski Júnior
Prof. Dr. Marcos Pereira dos Santos
Prof. Dr. Mario Rodrigo Esparza Mantilla
Profa. MSc. Mary Jose Almeida Pereira
Profa. MSc. Núbia Flávia Oliveira Mendes
Profa. MSc. Nila Luciana Vilhena Madureira
Profa. Dra. Patrícia Maurer
Profa. Dra. Queila Pahim da Silva
Prof. Dr. Rafael Chapman Auty
Prof. Dr. Rafael Felipe Ratke
Prof. Dr. Raphael Reis da Silva
Prof. Dr. Renato Jaqueto Goes
Prof. Dr. Ricardo Alves de Araújo (*In Memoriam*)
Profa. Dra. Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos
MSc. Tayronne de Almeida Rodrigues
Prof. Dr. Wéverson Lima Fonseca
Prof. MSc. Wesclen Vilar Nogueira
Profa. Dra. Yilan Fung Boix
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme

Instituição

OAB/PB
Mun. Faxinal Soturno e Tupanciretã
UO (Cuba)
IF SUDESTE MG
Facultad de Medicina (Cuba)
ISCM (Cuba)
UFESSPA
UEA
UNEMAT
UFV
AJES
UFGD
UEMS
IFPA
UNICENTRO
IFMT
UFMG
URCA
ISEPAM-FAETEC
IFG
UEMS
UFF
(Colômbia)
UNAM (Peru)
IFRR
UCG (México)
Rede Municipal de Niterói (RJ)
UNMSM (Peru)
UFMT
Mun. de Chap. do Sul
IFPR
Tec-NM (México)
Consultório em Santa Maria
UFJF
UEG
FAQ
UNAM (Peru)
SEDUC/PA
IFB
IFPA
UNIPAMPA
IFB
UO (Cuba)
UFMS
UFPI
UFG
UEMA
IFB
UFPI
FURG
UO (Cuba)
UFT

Conselho Técnico Científico
- Esp. Joacir Mário Zuffo Júnior
- Esp. Maurício Amormino Júnior
- Lda. Rosalina Eufrausino Lustosa Zuffo

Ficha Catalográfica

Catálogo na publicação
Elaborada por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

T938

Turismo reflexões e desafios - Volume IV / Organizadores Queila Pahim da Silva, Sérgio Ramiro Rivero Guardia. – Nova Xavantina-MT: Pantanal, 2023. 93p. ; il.

Livro em PDF

ISBN 978-65-81460-96-9

DOI <https://doi.org/10.46420/9786581460969>

1. Turismo. I. Silva, Queila Pahim da (Organizadora). II. Guardia, Sérgio Ramiro Rivero (Organizador). III. Título.

CDD 338.4791

Índice para catálogo sistemático

I. Turismo



Nossos e-books são de acesso público e gratuito e seu download e compartilhamento são permitidos, mas solicitamos que sejam dados os devidos créditos à Pantanal Editora e também aos organizadores e autores. Entretanto, não é permitida a utilização dos e-books para fins comerciais, exceto com autorização expressa dos autores com a concordância da Pantanal Editora.

Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000.
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil.
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp).
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br

Apresentação

Para qualquer país, o turismo é uma importante atividade socioeconômica, que se por um lado oportuniza o crescimento dos destinos, residentes e visitantes; por outro pode acarretar deterioramento no meio ambiente, das cidades e outros. Debater e refletir sobre os desafios deste fenômeno, implica em apoiar as governanças dos destinos para tornar suas ações relevantes.

Nesta obra reunimos cinco trabalhos acadêmicos de diversas regiões do Brasil que exploram as múltiplas faces do turismo. No primeiro capítulo descortina-se o contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil, apresentando-se uma sistematização de dados sobre as concessões de serviços turísticos em Áreas Naturais Protegidas (ANP) brasileiras, até o ano de 2020, bem como identifica questionamentos que emergem das publicações acadêmico-científicas que tratam desta matéria no Brasil. Em abordagem qualitativa e descritiva, é apresentada uma análise do contexto brasileiro, onde ressalta-se alguns aspectos históricos e políticos de fomento destes arranjos e suas principais características. Por fim, o capítulo apresenta reflexões que emergem dos achados de pesquisas acadêmicas e científicas sobre a temática, identificando algumas lacunas nos processos, especialmente, quanto à participação efetiva de comunidades locais e à promoção do desenvolvimento local na perspectiva da sustentabilidade.

Dando continuidade, o segundo capítulo versa sobre o resultado de uma parceria interinstitucional dos Cursos de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Tendo como objetivo principal promover um conjunto de ações interdisciplinares de extensão e ensino, em formato remoto, aos estudantes de graduação em turismo, com ênfase na preparação para participação no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE). Para tal, foram realizadas palestras de sensibilização e oficinas temáticas contextualizadas aos conteúdos básicos e específicos pertinentes às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) do Curso de Graduação em Turismo. Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, realizada por meio de fontes primárias e secundárias, analisadas a partir de uma visão interpretativista.

Já no capítulo 3, o autor considera que ao propor novas formas de percepção e experimentação do urbano, a atividade produz novos sentidos da cidade, constituindo-se como um fator de inovação do turismo. Para tanto, estabelece uma relação entre a organização do geoturismo e processo de governança, correlacionado referências mundiais nas respectivas áreas, como Liccardo et al. (2016; 1012), Hose (2005) e Graham et al. (2003) e Hall (2011). Em seguida, utiliza de dados secundários obtidos na pesquisa de Silva (2016) para construir uma narrativa da geologia capital potiguar. Por fim, por meio da relação em Merleau-Ponty (1999) e Foucault (2003), Costa mostra como o geoturismo urbano produz sentidos e constrói um novo discurso turístico, colaborando para fortalecer o poder de competitividade do destino.

No quarto artigo, é apresentada uma análise da formação tecnológica e profissional em Eventos ofertada no Instituto Federal de Brasília, tendo como ponto de partida o olhar do discente acerca dos reflexos desta formação em sua preparação para o mercado de trabalho. Como resultado, identificou-se

a necessidade dos discentes em aprofundar seus conhecimentos sobre cenografia, audiovisual e cerimonial social, a expectativa em ter remuneração nos trabalhos desenvolvidos ao longo do curso, dentre outros.

Por fim no capítulo 5 analisou-se a utilização das redes sociais para a promoção do turismo, em especial do instagram, através de uma pesquisa feita em 2021 via *whatsapp*. Foi constatado que apesar desta rede social ser a mais utilizada pelos entrevistados, a maior parte das compras de viagens era feita fora da plataforma. Como conclusão, constatou-se o potencial desta rede com ferramenta para divulgação e venda de produtos turísticos.

Desejamos a todos uma ótima leitura e novas reflexões!

Os organizadores.

Sumário

Apresentação	4
Capítulo I.....	7
O contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil.....	7
Capítulo II	26
Extensão em rede: uma experiência com base no ENADE dos cursos de turismo das IES públicas do Rio Grande Do Norte.....	26
Capítulo III.....	43
Geoturismo urbano e sua organização como discurso da cidade: uma reflexão a partir da capital potiguar	43
Capítulo IV	56
Formação superior tecnológica em eventos: uma análise do curso oferecido no Instituto Federal de Brasília – Campus Brasília, a partir do olhar discente	56
Capítulo V.....	73
Instagram e sua influência na escolha do produto turístico	73
Índice Remissivo	92
Sobre os organizadores.....	93

O contexto das concessões de serviços turísticos nas áreas protegidas do Brasil

Recebido em: 28/04/2023

Aceito em: 10/05/2023

 10.46420/9786581460969cap1

Paula Normandia Moreira Brumatti 

Kerlei Eniele Sonaglio 

INTRODUÇÃO

A importância global atribuída ao patrimônio ambiental e sociocultural para o desenvolvimento das sociedades contemporâneas revela diversas possibilidades e desafios do turismo como instrumento de conservação das áreas protegidas (APs). Entendidas como espaços geográficos reconhecidos, destinados e manejados por mecanismos legais e protetivos para a conservação da natureza (Chape et al., 2008), tornam-se questão central nas discussões sobre mudanças climáticas e manutenção dos serviços ecossistêmicos essenciais. Porém, o desafio de conservação dessas áreas é comumente associado a falta de recursos, principalmente financeiros e em países em desenvolvimento (Thompson et al., 2014), transformando o uso público para a visitação e o turismo uma estratégia potencial para a geração de receitas às APs e apoio à conservação.

Apesar do reconhecimento internacional sobre o potencial brasileiro para o desenvolvimento do turismo em áreas naturais (*World Economic Forum*, 2017), a efetividade desse processo depende de investimentos tanto em infraestrutura para o atendimento dos visitantes como da gestão da conservação das APs e de seu uso público. Nesse sentido, em 2008, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) em conjunto ao Ministério do Turismo (MTur) lançaram o Programa de Turismo nos Parques que dentre outras ações, foi responsável por promover as concessões de serviços de apoio à visitação em Parques Nacionais (PARNAs), na intenção de integrar o setor privado à gestão dessas APs (Brasil, 2008; Rodrigues, 2009). Dentre os objetivos do programa destacavam-se: o aumento do fluxo turístico, a melhoria de infraestrutura e serviços; o incremento de receitas; a dinamização da economia local; e incentivos à produção de artesanato (Brasil, 2008).

Completados duas décadas desde os primeiros esforços para viabilizar as concessões dos PARNAs do Brasil, poucas são as publicações acadêmicas e científicas que tratam especificamente do tema ou que reportam as respostas obtidas após a implementação. Dessa maneira, este trabalho tem por objetivo apresentar o cenário das concessões turísticas em APs do Brasil, até o ano de 2020, considerando aspectos políticos e regulatórios e de formalização, bem como as principais questões e limitações levantadas por estudos acadêmicos e científicos que tratam desta matéria no Brasil.

A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, este estudo, primeiramente, buscou compreender as oportunidades e desafios que permeiam a promoção e gestão de concessões turísticas em APs, para num segundo momento, apresentar o contexto brasileiro, identificando os instrumentos políticos-institucionais e legais que respaldam os processos; a distribuição das Unidades de Conservação (UCs) submetidas às concessões e as principais características dos arranjos implementados. Por fim, a partir dos enfoques e proposições presentes nas publicações acadêmico-científicas que abordam o tema no Brasil, buscou-se elucidar questionamentos, lacunas e novas oportunidades de investigação dessa estratégia de gestão do turismo no território nacional.

MATERIAL E MÉTODOS

Este estudo é fruto de uma pesquisa de doutoramento (Brumatti, 2020). A pesquisa utilizou-se de uma abordagem qualitativa e descritiva, baseada em análise documental e revisão bibliográfica, com o objetivo de sistematizar informações referentes às concessões dos serviços de apoio ao uso público ativas em UCs do Brasil.

A primeira etapa da pesquisa consistiu na identificação das áreas protegidas submetidas aos processos de concessões, das características dos acordos e das bases políticas e legais que regulamentam tais processos, por meio da análise de documentos, políticas e programas governamentais, além de comunicações oficiais publicadas nas páginas eletrônicas do MMA e do MTur. O levantamento de dados ocorreu entre os anos de 2017 e 2020, fazendo-se uma busca por documentos publicados desde a primeira concessão formalizada, 1998, até o ano de 2020. Os principais documentos analisados consistiram em relatórios institucionais, editais e contratos de concessões das UC.

A partir de dados primários disponíveis na plataforma de dados abertos do Ministério do Meio Ambiente e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) (dados.gov.br), elaborou-se o mapa de distribuição das áreas protegidas submetidas ao regime de concessões, tomando como referência o fluxo de visitação do ano de 2019.

Para a sistematização das produções acadêmico-científicas alinhadas ao tema da pesquisa e publicadas foi utilizado o processo *Knowledge Development Process Constructivist/ProKnow-C* (Ensslin et al., 2010). Para fins desse estudo foi desenvolvida a primeira etapa do método que consiste na seleção de artigos e demais publicações para a construção do portfólio bibliográfico relacionados ao tema em questão. No geral, essa etapa empreendida em 2020, consistiu em três fases: (a) a seleção dos artigos nas bases de dados que compõem o Banco de Dados Bruto; (b) a filtragem dos artigos selecionados com base no alinhamento da pesquisa; e, (c) o teste de representatividade do portfólio bibliográfico (Ensslin et al., 2013). Esta primeira etapa originou 02 (dois) portfólios: a) panorama básico conceitual e b) concessões turísticas em UCs no Brasil.

Para a seleção, optou-se pela busca no Portal de Periódicos da CAPES/MEC das publicações em português com combinação das palavras-chave concessões-turismo-unidades de conservação ou parques

nacionais e, para a filtragem, a leitura dos resumos. A opção inicial do idioma “português” justifica-se em razão de que a pesquisa se refere às concessões no território brasileiro e, portanto, o interesse era o de conhecer, prioritariamente, o volume de dados e informações já disponíveis sobre a matéria. Entretanto, para buscar fundamento teórico básico sobre o tema em tela, optou-se pela busca nos idiomas “português”, “inglês” e “espanhol”, visando destacar as principais publicações dedicadas a esclarecer os aspectos conceituais, oportunidades e desafios sobre as concessões de serviços turísticos em APs.

Seguindo a metodologia ProKnow-C, se desconsiderou o teste de representatividade, em razão do número reduzido de publicações encontradas. Foi realizada também uma busca no Google Scholar para complementar o portfólio bibliográfico e ampliar o espectro de achados sobre o tema, que serão demonstrados no decorrer do texto.

Para analisar o conteúdo dos achados, utilizou-se a técnica de Bardin (2011) em 4 fases, a saber: coleta de dados, pré-análise, categorização e análise. A fase de coleta de dados e pré-análise foram orientadas pela metodologia ProKnow-C. Já as categorias analíticas que orientaram a discussão reflexiva foram divididas em 2 (dois) blocos. No primeiro bloco as categorias definidas e o filtro empreendido visaram demonstrar um breve panorama e destacar as principais publicações mundiais dedicadas a: esclarecer os aspectos conceituais, oportunidades e desafios das concessões de serviços turísticos em APs. No segundo bloco, as categorias de análise foram definidas para contemplar o contexto brasileiro, como segue: aspectos legais, aspectos estruturais, situação/distribuição territorial, serviços ofertados, atividades concessionadas, lacunas e desafios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Compreendendo as concessões turísticas em áreas protegidas

Uma concessão turística é definida como uma licença, arrendamento ou permissão concedida a uma ou mais organizações, por um determinado período, para operar serviços turísticos relativos à hospedagem, recreação, alimentação, guiamento, educação no interior de áreas públicas sob a administração e gestão de agências governamentais (Spenceley et al., 2017). Quando aplicada em uma AP, as concessões tornam-se uma ferramenta que permite aumentar a arrecadação de fundos, como parte do sistema “*Tourism User Fees*”, e viabilizar acessibilidade para visitantes a serviços de qualidade comprometidos com objetivos sociais e ambientais de desenvolvimento do turismo nesses espaços (Font et al., 2004; Eagles et al., 2009; Wood, 2010). Portanto, as concessões em APs envolvem parceria dos órgãos governamentais com uma ou mais organizações, as quais adquirem o direito de operarem e se beneficiarem com as atividades turísticas comerciais, comprometendo-se com o repasse a agência pública e/ou comunidade tradicional de parte da receita gerada com a visitação das áreas.

Principalmente a partir do século XXI, diversos países passaram a adotar as concessões turísticas como estratégia de arrecadação de fundos em prol da conservação, assim como para atender aos demais objetivos econômicos, sociais e ambientais do desenvolvimento do turismo nessas áreas (Wood, 2010).

Países como Estados Unidos da América (EUA), Austrália, Canadá, Nova Zelândia e África do Sul, são exemplos icônicos na promoção de concessões em Parques Nacionais (PARNAs) como forma de arrecadação de fundos e desenvolvimento turístico (Thompson et al., 2014).

Quadro 1. Oportunidades e desafios das concessões turísticas em áreas naturais protegidas. Fonte: Elaborado pelas autoras adaptado de Thompson et al. (2014); Spenceley et al. (2017).

OPORTUNIDADES
Diversificação de produtos e serviços turísticos
Geração e incremento da receita para financiamento da AP
Aumento da demanda turística e interesse de ampliação da área sob proteção ou formação de corredores ecológicos
Maior sensibilização à conservação ambiental e conhecimento sobre o meio natural
Facilitar ao órgão gestor da ANP maior dedicação às ações de conservação e manejo da AP
Desenvolvimento socioeconômico e geração de emprego e renda
Desenvolvimento de pequenos negócios para comunidades
Proporcionar maior visibilidade a determinada AP, ecossistema ou mesmo a um destino turístico ou região de um país
Investimento em infraestruturas com menor impacto sobre a AP e maior qualidade ao atendimento de visitantes
DESAFIOS
Capacidade institucional e habilidade em todo o processo de estabelecimento de parcerias
Disponibilidade de tempo, fundos e equipe para realizar, concluir e manter o processo (inclusive monitoramento).
Adequação de regras, leis e normas que podem comprometer, ameaçar e ferir princípios de sustentabilidade
Volatilidade do turismo e de interesse da demanda
Sobreposição de interesses das concessionárias sobre interesses coletivos de conservação
Aspectos de governança como poder, corrupção e pouca demanda de concessões
Aspectos legais que podem desencorajar investidores
Estabelecimento das taxas e prazos de concessão adequados para geração de receitas para as partes envolvidas
Provimento de infraestrutura adequada
Requisitos, capacidades e competência privada para gerir uma concessão
Definição da área, localização e serviços prioritários para concessão
Minimizar conflitos entre atores sociais envolvidos referente ao uso público das AP

No entanto, a geração de receita depende tanto da capacidade e estratégias dos agentes parceiros em atrair turistas - localização da ANP, facilidades, acesso – como da viabilidade em oferecer serviços os quais os visitantes estão dispostos a pagar para cobrir mais do que os custos das operações (Spenceley et al., 2017), revelando, assim, oportunidades e desafios (Quadro 1).

Dessa forma, a eficiência das concessões turísticas está atrelada à articulação de mecanismos políticos, regulatórios e de monitoramento, que sem uma adequada estruturação pode representar riscos significativos, como a degradação dos recursos naturais dos quais o turismo também depende (Wyman et al., 2011). Como exemplo, segundo Dinica (2017), a política de concessões da Nova Zelândia, orientada para atender à demanda turística externa, conjugada à falta de planejamento turístico e adequada prospecção financeira, tem sido ineficiente para a manutenção das atividades e estruturas necessárias à gestão e conservação das APs, colocando em risco o desenvolvimento sustentável do turismo. Outros estudos também constataam ineficiências ou problemas associados às concessões em diversos países: EUA (Slocum, 2017; Bryant, 2019); África do Sul (Nyahunzvi, 2016; Coghlan; Castley, 2013); Colombia (Ojeda, 2012); Argentina (Valverde et al., 2015), entre outros. Dentre os principais problemas destacam-se: a exclusão social e intensificação de conflitos para o uso do território; danos ambientais decorrentes do grande fluxo de visitação e maior pressão de uso dos recursos naturais; falta de responsabilidade das empresas privadas com ações de conservação e o contínuo subfinanciamento das APs.

Dessa forma, apesar das concessões, como parceiras público-privadas, representarem um dos mecanismos comumente utilizados para o desenvolvimento do turismo nos parques nacionais de diversos países (Wyman et al., 2011; Spenceley et al., 2017), o seu desempenho depende de diversas variáveis e esforços investigativos para identificação de capacidades de respostas positivas e/ou de suas limitações (Eagles, 2014), podendo, inclusive, serem inviáveis a determinadas APs (Eagles et al., 2009; Thompson et al., 2014; Spenceley et al., 2017).

O que de fato diversos estudos internacionais aclaram é que, embora estas concessões possam agregar resultados positivos em termos financeiros, de ordenamento do turismo e de qualificação de serviços, a comercialização turística das áreas protegidas sob a ótica da conservação neoliberal representa, na prática, uma nova fronteira de expansão do capitalismo (Brockington; Duffy, 2010; Nyahunzvi, 2016) e, portanto, requer maior cuidado quanto ao desenvolvimento de processos mais democráticos e responsáveis eticamente com a conservação ambiental, especialmente em países em desenvolvimento.

Dos aspectos legais e estruturais das concessões em AP do Brasil

No Brasil ainda não há uma política institucionalizada específica a concessão de serviços de apoio a visitação em AP (Brumatti, 2020). Dessa forma, a estrutura legal e regulatória desses processos está fundamentada em instrumentos jurídicos e normativos nacionais mais gerais (planos, políticas, leis e instruções normativas) e documentos específicos a UCs (planos de manejo, projetos, editais e contratos),

conforme o Quadro 2, onde estão destacados os instrumentos mais diretamente relacionados a estes tipos de arranjos.

Quadro 2: Instrumentos políticos, legais e regulatórios diretamente relacionados às concessões dos serviços turísticos em AP do Brasil. Fonte: Elaborado pelas autoras, adaptado de Brumatti (2020).

1.Instrumentos jurídicos, legais e normativos
<i>Lei n.º 8.666 de 21 de junho de 1993.</i> Institui normas para licitações e contratos da Administração Pública.
<i>Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.</i> Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos.
<i>Lei Nº 9.790, de 23 de março de 1999.</i> Dispõe sobre a qualificação de pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, como Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público, institui e disciplina o Termo de Parceria.
<i>Lei 9.985 de 18 de julho de 2000.</i> Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.
<i>Decreto 4.340 de 22 de agosto de 2002.</i> Regulamenta a lei 9.985/2000 e a autorização da exploração de produtos ou serviços inerentes às unidades de conservação, exigindo a previsão no Plano de Manejo, a participação do conselho Consultivo e estudos de viabilidade econômica.
<i>Lei n.º 13.019 de 31 de julho de 2014.</i> Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação e define diretrizes para a política de fomento, de colaboração e de cooperação com organizações da sociedade civil.
<i>Decreto Federal n.º 8.726, de 2016.</i> Dispõe sobre regras e procedimentos do regime jurídico das parcerias celebradas entre a administração pública federal e as organizações da sociedade civil.
<i>Lei 13.668, de 28 de maio de 2018.</i> Dispõe sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental, sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo IBAMA e ICMBio, bem como permite a concessão de serviços, áreas ou instalações de unidades de conservação federais para a exploração de atividades de visitação.
<i>Instrução Normativa do ICMBio:</i> que estabelecem normas, procedimentos, padronizações e disciplinas para a prestação de serviços de planejamento, execução e monitoramento de contratos de concessões (nº 9, 2018).
<i>Portarias e suas atualizações:</i> definição dos preços para cobrança de ingressos (nº 831, 2018).
2.Planos, Diretrizes, Programas
Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (Decreto 5.758/2006)
Diretrizes para Visitação em Unidades de Conservação (2006)
Projeto “Parcerias Ambientais Público-Privadas” (PAPP) 2014-2020.
3.Instrumentos específicos a UCs
Planos de Manejo ou de Uso Público
Editais de chamamento público de estudos de viabilidade técnica econômica e financeira para os PARNAs e de licitação para concessão.
Contratos

O aparato legal encontrado, mais recente, foi a Lei nº 13.668/2018 a qual declara que está permitida a “concessão de serviços, áreas ou instalações em UCs federais para a exploração de atividades voltadas à educação ambiental, à preservação e conservação do meio ambiente, ao turismo ecológico, à interpretação ambiental e à recreação em contato com a natureza, precedidos ou não da execução de obras de infraestrutura, mediante procedimento licitatório regido pela Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995” (Brasil, 2018).

Assim, as concessões em APs brasileiras se inserem no âmbito discricionário do poder público Estatal, o qual define o arranjo institucional para a prestação dos serviços, observando os princípios

básicos da Lei 8.987/1995, “Lei das concessões de serviços públicos” (Brasil, 1995). Nesse caso, esse mecanismo envolve necessariamente um processo licitatório, na modalidade de concorrência, que delega à pessoa jurídica ou consórcio de empresas determinados serviços, relacionados ao uso da ANP (Rodrigues, 2009). De forma antecipada, o processo exige o Plano de Manejo da UC, o estudo de viabilidade econômica, consulta pública para elaboração do projeto básico, publicação do edital. Após a licitação e seleção da melhor proposta, baseada na maior oferta (Rodrigues, 2009), o processo é finalizado com a assinatura de um contrato administrativo em que o poder público atribui a oferta dos serviços definidos no projeto exclusivamente à particular, por prazo determinado.

Apesar da legislação brasileira prever a modalidade concessão de serviços públicos via parcerias público-privadas (Lei nº 8.987/95 e Lei nº 11.079/04), que poderia envolver organizações privadas sem fins lucrativos, no âmbito do provimento de serviços de apoio à visitação em parques nacionais, elas ainda não ser utilizadas (Carrillo; Catapan, 2016).

Ademais, embora a terceirização dos serviços de apoio ao uso público nas UCs, segundo as diretrizes nacionais, preveja uma descentralização e defina diferentes modalidades - concessão, permissão e autorização – existe uma preferência pelo primeiro modelo (Rodrigues, 2009; Brumatti, 2020). Em termos gerais, a permissão envolveria também um processo licitatório, porém com contrato por ato administrativo unilateral sem exigência de grande investimento em infraestrutura, e a autorização não exige a licitação (Botelho, 2018; Carrillo; Catapan, 2016).

Da situação brasileira das concessões de serviços de apoio a visitação

No Brasil, as primeiras concessões de serviços turísticos em APs ocorreram no Parque Nacional do Iguaçu (PNI), no estado do Paraná, em 1998. Após significativa melhoria na infraestrutura turística do Parque por meio do investimento privado e o crescente número de visitantes, o então Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) passou a apoiar as parcerias público-privadas. O documento intitulado “Marco Conceitual e Diretrizes para Terceirizações Administrativas em Unidades de Conservação”, salientava a contribuição da privatização dos serviços para o uso público e recreativo nessas áreas (Pasquali, 2006).

Transcorridos dez anos das primeiras concessões, em 2008, foi lançado o Programa de Turismo nos Parques que envolveu ações para o desenvolvimento do uso público em PARNAs. Essa iniciativa decorreu do Plano de Ação para Estruturação e Promoção do Turismo nas Unidades de Conservação (UC), como produto do grupo de trabalho interministerial formado pelo MMA, ICMBio, MTur e EMBRATUR. Dentre outras ações, o programa considerava: a implantação de infraestrutura mínima na área de parque (sede administrativa, portaria, centro de visitantes, sinalização e trilhas), investimentos financeiros, estabelecimento de parcerias com empresas privadas e fortalecimento da capacidade de participação de comunidades locais (Brasil, 2008).

Neste momento, foram definidas áreas prioritárias para investimento de recursos financeiros e consolidação de parcerias público-privadas, por meio de concessões, incluindo os Parques de Iguaçu/PR (PNI), Marinho de Fernando de Noronha/PE (PARNAMAR- Noronha), Marinho dos Abrolhos/BA (PARNAMAR-Abrolhos) e Tijuca/RJ (PNT). Como resultado, no ano de 2010 foram formalizados mais 2 contratos de concessões no PNI e estabelecidos contratos no PARNAMAR- Noronha e da Serra dos Órgãos (PARNASO) e, em 2012, no Parque da Tijuca.

A partir de 2014, as concessões foram fomentadas sob a estruturação do projeto “Parcerias Ambientais Público-Privadas” (PAPP), conduzido pelo ICMBio e o MMA, com o apoio financeiro do Fundo Multilateral de Investimentos (FOMIN), do BID, do Fundo Socioambiental da Caixa Econômica Federal (CAIXA), sob a responsabilidade executiva do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2019). Esta iniciativa resultou em diversas ações como a produção de estudos conceituais; estudos de caso e iniciativas de capacitação e troca de experiências, fortalecendo as oportunidades de concessão em AP ou demais arranjos no âmbito da terceirização de serviços de visitação em UC (IBAM, 2019).

Como consequência, em 2018, os estudos apontavam diversas UCs aptas às concessões de serviços turísticos, apontando o potencial para os Parques de Caparaó (MG); Aparados da Serra e Serra Geral (RS); Itatiaia (RJ); Anavilhanas e Jaú (AM) e São Joaquim (SC), além das FLONAS de Canela e São Francisco de Paula (RS), da APA Costa dos Corais (AL) e da Reserva Extrativista do Rio Unini, na Amazônia, ampliando o rol de categorias de UC possivelmente sujeitas às concessões. No escopo das prioridades do ICMBio, o órgão previa as concessões dos Parques Chapada dos Veadeiros (GO), Pau Brasil (BA), Jericoacoara (CE), Lençóis Maranhenses (MA), Bodoquena (MS), Caparaó e Itatiaia (ICMBio, 2018). Como resultado, em 2018, é firmado mais dois contratos de concessão nos parques da Chapada dos Veadeiros (GO) e Pau Brasil (BA) e, no ano seguinte 2019, no parque de Itatiaia.

Assim, até 2020, dos 74 parques nacionais, que compõe o SNUC, 7 (sete) já haviam formalizado contratos de concessões e 5 (cinco) encontravam-se em processo de elaboração do projeto base e/ou consulta pública para licitação: São Joaquim (SC), Lençóis Maranhenses (MA), de Brasília (DF), Aparados da Serra (RS/SC) e Serra Geral (RS/SC) (Figura 1).

Já em 2019 e 2020, os parques PNI, Lençóis Maranhenses (MA), Jericoacoara (CE), Aparados da Serra (RS/SC), Serra Geral (RS/SC), Brasília (DF) e São Joaquim (SC) foram qualificados no Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República – PPI, incluídas no Programa Nacional de Desestatização – PND, para fins de concessão da prestação dos serviços públicos de apoio à visitação, à conservação, à proteção e à gestão das unidades.

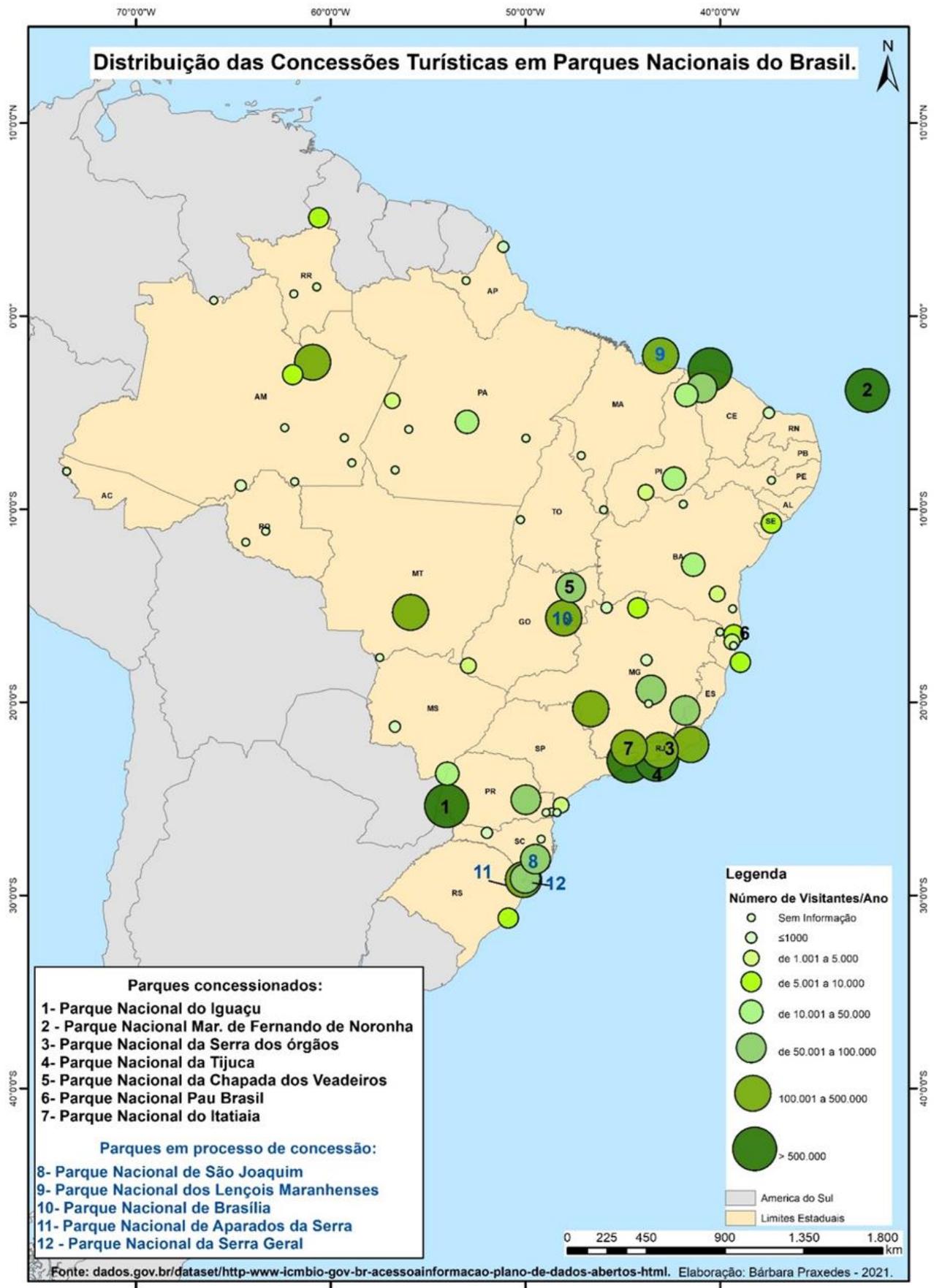


Figura 1. Distribuição das concessões turísticas em parques nacionais do Brasil com dados de visitação do ano de 2019. Fonte: ICMBio (2020).

O programa inclui investimentos do BNDES no fomento de estudos de viabilidade econômica que respaldam as concessões, além de prever apoio à supervisão dos serviços técnicos e revisão dos serviços contratados. Ainda de acordo com a resolução nº 157, de dezembro de 2020, o Ministério da Economia emitiu parecer favorável à qualificação de outras UCs no âmbito do PPI como Floresta Nacional de Brasília (DF), PARNASO, da Chapada dos Guimarães (MT), de Ubajara (CE), da Serra da Bocaina (RJ/SP), da Serra da Capivara (PI), da Serra da Bodoquena (MS), do Jaú (AM) e de Anavilhanas (AM).

Identifica-se, portanto, que até 2020 as concessões prevaleceram nos PARNAs com maiores fluxos de visitantes anuais. De acordo com o ICMBio (2018), a escolha das UCs prioritárias para a consolidação das concessões baseava-se em critérios como a existência de plano de manejo, o potencial número de visitantes, a facilidade de acesso ao local e a existência de estudos preliminares de viabilidade econômica, além da existência prévia de fluxo de visitantes na região onde a UC está inserida. Nesse caso, ao considerar que os PARNAs Serra da Bodoquena, Pau Brasil e Chapada dos Veadeiros não estejam entre as UCs com maior número de visitantes, encontram-se próximos à destinos turísticos com alto desempenho turístico, como as cidades de Bonito- MS, Porto Seguro- BA e Brasília- DF, respectivamente.

Em relação aos serviços ofertados eles variam de acordo com os projetos de cada parque, mas na maioria dos contratos envolvem: centros de visitantes, bilheterias, transportes, alimentação e lojas de conveniência. Os prazos de contratos variaram entre 10 e 25 anos. Até 2020, é possível dizer que apenas dois grupos de empresas, Cataratas S.A. e Hope Recursos Humanos, detinham o mercado de concessões turísticas no Brasil (Tabela 1).

Constatou-se, portanto, que os projetos de concessões foram direcionados a promover infraestruturas e serviços básicos nos parques nacionais ou UC que já possuem fluxos de visitação significativos ou com tendência à expansão do mercado, visando, essencialmente, o ordenamento do turismo e o incremento da qualidade dos serviços de uso público, envolvendo diretamente poucas empresas privadas com fins lucrativos. Em todos os casos os parques passaram a implementar bilheterias, cobrando pagamento de ingressos. Ademais, embora os projetos tenham envolvido grandes investimentos, a margem de recolhimento por parte da união das receitas geradas com a visitação girou em torno de 2 a 14 % na maioria dos casos, chegando ao máximo de 27, 08% como no caso particular do PARNA da Chapada dos Veadeiros.

Assim, embora a agência governamental venha aprimorando os instrumentos normativos e regulatórios e canais de comunicação, a fim de viabilizar a implantação das concessões e atrair investidores privados, por exigir grandes investimentos e utilizar a modalidade de concessão comum, verifica-se a dificuldade da participação de médias e, principalmente, pequenas empresas ou mesmo de organizações sem fins lucrativos e da sociedade civil. Além disso, apesar do processo exigir os estudos de viabilidade econômica para a segurança financeira do “negócio”, não foram identificadas a exigência de demais

estudos como de impactos das concessões em termos ambientais e sociais, bem como de instrumentos estratégicos como planos de uso público com objetivos e metas claras sobre a direção do desenvolvimento do turismo e da visitação.

Tabela 1. Contratos vigentes de concessão de serviços turísticos em Parques Nacionais brasileiros. Fonte: Brumatti (2020). Fonte: Brumatti (2020).

Parque Nacional	Serviços e Atividades concessionadas	Concessionária(s)	Vigência Contratual	Investimento/Pagamento
Iguaçu	Centro de visitantes, Bilheteria, Estacionamento, Transporte, Alimentação, Loja de conveniência;	Cataratas do Iguaçu S/A (<i>Grupo Cataratas</i>)	1998/2009-2020 1998/2005-2020	1º contrato: 30 milhões. 6% da receita 2º contrato: 63 milhões. 3% da receita
	Transportes aquaviário e Guiamento (Trilhas), esportes e aventura	Ilha do Sol Agência de Viagens Ltda.	2010/2020	11 milhões. 11% da receita
	- Transporte Aéreo	Helisul Taxi Aéreo Ltda.	2002/2014 2016/2021	8 milhões. 5% da receita 46 milhões. Horas de voo
Fernando de Noronha	Centro de visitantes, Bilheteria, Alimentação, Loja de conveniência.	Econoronha (<i>Grupo Cataratas</i>)	2010/2025 (+5)	~ 7 milhões inicial. 14,7% receita
Serra dos Órgãos	Bilheteria, Hospedagem (Camping), Estacionamento e Trilhas	Hope Recursos Humanos LTDA	2010/2020	~2 milhões inicial. 15% receita
Tijuca	Centro de visitantes, Bilheteria, Estacionamento, transporte	Paineiras-Corcovado (<i>Grupo Cataratas</i>)	2012/2032 (+5)	51 milhões 5,11% receita
	Transporte	Inicialmente Consórcio – Esfeco e <i>Grupo Cataratas</i> , hoje só Esfeco.	2014/2034	121 milhões. 3,8 milhões anual + 9,9% receita bruta
Chapada dos Veadeiros	Centro de visitantes, Bilheteria, Estacionamento, Alimentação, Hospedagem	Consórcio Sociparques (Socicam transportes/Parquetur)	2018/2038	16 milhões 27, 08% receita

Parque Nacional	Serviços e Atividades concessionadas	Concessionária(s)	Vigência Contratual	Investimento/Pagamento
	(Camping), Loja de conveniência;			
Pau Brasil	Centro de visitantes, Bilheteria, Estacionamento, Alimentação, Hospedagem (Camping), Loja de conveniência; Atividades Recreativas Esportivas	Hope Recursos Humanos LTDA	2018/2033	7,2 milhões. 6,5% até o terceiro ano
Itatiaia	Bilheteria, Estacionamento, Alimentação, Hospedagem (Camping), Loja de conveniência; Atividades Recreativas Esportivas	Hope Recursos Humanos LTDA	2019/2044	17 milhões 2% receita

A problemática das concessões turísticas em áreas protegidas brasileiras

Considerando a realidade brasileira, ainda são poucos estudos que tratam desse tema específico e, mais ainda, que reportem às respostas que este tipo de arranjo vem trazendo ao desenvolvimento dos parques nacionais e à redução de conflitos. De acordo com a metodologia utilizada ProKnow-C, foi possível identificar 13 artigos científicos, 8 teses e dissertações, além de documentos técnicos, essencialmente, publicados pelo Ministério do Meio ambiente e ICMBio, ou com seu apoio.

Em relação aos artigos científicos, que tratam da temática no Brasil, foram verificadas publicações a partir de 2013, apresentando distintos enfoques. Alguns apresentam estudos de caso sobre a concessão em uma determinada UC (Estima et al., 2014; Migliori; Biesek, 2015, Torres; Consenza, 2017; Botelho; Maciel, 2018; Maranhão et al., 2018; Souza; Amorim, 2019), demonstrando que embora este tipo arranjo seja viável, trazendo benefícios, ao mesmo tempo trazem lacunas e desafios. Outros artigos discutem questões socioeconômicas relevantes que impactam ou podem ser impactadas pelas concessões (Rodrigues; Godoy, 2013; Godoy; Leuzinger, 2015; Souza et al., 2019), assim como questões de governança e participação comunitária (Botelho; Rodrigues, 2016; Rodrigues; Abrucio, 2019). E por fim dois artigos que apresentam um panorama mais geral sobre as concessões (Santos et al., 2013; Reis; Queiroz, 2017).

De maneira geral, os estudos técnicos e prescritivos reconhecem a deficiência de recursos financeiros e humanos dos órgãos governamentais responsáveis pela gestão das APs (Medeiros; Young, 2011; Carrillo; Catapan, 2016, Instituto Semeia, 2019) atribuindo às concessões turísticas significativa importância para fortalecer a gestão das UCs, assim como contribuir para a geração de receitas, criação de infraestruturas e aumento do fluxo de visitantes nos Parques (ICMBio, 2018). Ao mesmo tempo, embora identifique-se consistência do aparato legal e regulatório dos processos, os relatórios elucidam a necessidade de se buscar respostas mais eficientes (Costa, 2017).

A exemplo, Gorini et al. (2006) identificam que embora a concessão no PARNA Iguazu tenha colaborado para maior arrecadação de fundos, este resultado não se refletiu nos orçamentos daquela UC específica, já que, em 2001, cerca de 42% da arrecadação retornou ao parque Iguazu e, em 2005, esse percentual havia se reduzido a 20%. Os relatórios (Costa, 2017; Carrillo; Catapan, 2016) também elucidam falhas, insatisfações e desafios. De acordo com os documentos, os processos encontram dificuldades referentes a questões contratuais de definição e clareza; de cumprimento de obrigações e contrapartidas das concessionárias; de monitoramento efetivo (e não avaliações esporádicas e pontuais), de relacionamentos entre gestor e concessionários da UC; e da efetiva aplicação e pagamento das penalidades.

Já os estudos acadêmicos complementam a discussão sobre a contribuição econômica do uso turístico dos PARNAs (Santos, 2011; Santos et al., 2013; Godoy; Leuzinger, 2015; Migliori; Biesek, 2015; Souza et al., 2017; Torre; Consenza, 2017; Souza; Amorim, 2019), bem como as bases legais e regulatórias do processo de concessões (Braga, 2013; Rodrigues, 2009; Maranhão et al., 2018) com reflexões no campo social de estudos. Nesse sentido, as pesquisas têm colaborado para identificar lacunas da estratégia política acerca do processo participativo em relação às comunidades locais, da resolução de conflitos sociais e territoriais, do papel do Estado na defesa e garantia do patrimônio público ambiental e da promoção do desenvolvimento local sob princípios de sustentabilidade (Pasquali, 2006; Rodrigues, 2009, Rodrigues; Godoy, 2013; Estima et al., 2014; Maciel, 2015; Botelho; Rodrigues, 2016; Botelho; Maciel, 2018; Botelho, 2018; Trevisan, 2018).

Os estudos acadêmicos demonstram que, no Brasil, a implementação de parcerias para o apoio aos serviços de visitação pode colaborar para o financiamento do SNUC, desenvolvimento local e aprimoramento da visitação. Porém, o modelo de concessões utilizado até o momento não seria a única ou a melhor alternativa, considerando que é limitado quanto a aspectos de transparência (Rodrigues; Abrucio, 2019); ao aproveitamento de iniciativas de micro e pequeno porte; ao equilíbrio entre os benefícios econômico-financeiros privados e garantia da função pública de conservação das áreas (Rodrigues; Godoy, 2013; Godoy; Leuzinger, 2015); e quanto a democratização de espaços públicos (Botelho; Maciel, 2018).

Dessa forma, para um país que enfrenta uma série de dificuldades na gestão e conservação efetiva das UCs associadas a problemas fundiários, de direitos quanto ao uso dos recursos naturais, de

legitimidade dos espaços de governança e de exclusão econômica e social (Brumatt; Rozendo, 2021), estas limitações do modelo despertam relevantes ponderações quanto a efetiva capacidade de resposta das concessões dos serviços de apoio à visitação no Brasil e compromisso com os princípios de sustentabilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As concessões dos serviços turísticos em parques nacionais no Brasil representam uma alternativa financeira para a gestão pública dessas unidades de conservação e para o desenvolvimento turístico no país (Godoy; Leuzinger, 2015; ICMBio, 2018). Entretanto, a sustentabilidade do sistema turístico em APs envolve questões que vão além de uma eficiência econômica, pois incorpora e é incorporada por elementos de natureza política, ideológica, sociocultural, ambiental, ética e legal, que por sua vez, quando estruturados, implicam na construção de seus próprios limites.

Esta pesquisa mostra que, após 20 anos da primeira iniciativa do governo federal brasileiro em favorecer parcerias para a consolidação do turismo em APs e promoção das concessões, é possível verificar algumas prioridades e lacunas. O modelo escolhido busca nas organizações privadas com fins lucrativos o seu principal parceiro para investimentos em infraestrutura e oferta de serviços turísticos, tem como principais objetivos o aumento do número de visitantes e a geração de receitas e empregos e vem se estruturando sob bases legais e regulatórias consistentes, mas que favorecem a poucos e grandes grupos empresariais. Ao mesmo tempo, estudos e pesquisas demonstram algumas fragilidades associadas a este tipo de modelo, principalmente, em relação aos processos participativos e de governança; ao monitoramento e cumprimento dos acordos e às capacidades efetivas de respostas econômicas e socioambientais propostas pelo modelo escolhido.

A gestão dos parques nacionais está condicionada a uma série de fatores, que também são particulares a cada área, região ou país, e, portanto, não existe uma abordagem universal adequada a todas as situações para o desenvolvimento sustentável do turismo (Eagles, 2009). Certo é que esse desenvolvimento envolve muito mais do que recursos financeiros e administrativos. Exige compreender os múltiplos elementos que compõem um sistema complexo e integrado e os processos que atribuem dinamicidade, para assim sugerir capacidades de respostas à sustentabilidade e resiliência do sistema e adequações que colaborem para o desenvolvimento local e a conservação do patrimônio ambiental público.

Nesta perspectiva, são emergentes os estudos no campo do turismo em áreas protegidas que retomem a perspectiva sistêmica e da complexidade, revelando quais os elementos constituem o sistema turístico e de APs, como eles se integram e interagem entre si e com sistemas externos a eles, para assim compreender suas capacidades de respostas e seus limites na promoção efetiva do desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Botelho, E. S. (2018). *Visitação e turismo em Parques Nacionais: o caso do parque nacional da restinga de jurubatiba (RJ)*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Botelho, E. S. & Maciel, G. G. (2018). A reprodução capitalista do espaço por meio da terceirização de serviços: Desvelando as implicações para o lazer dos visitantes das paineiras (Parque Nacional da Tijuca-RJ). *Anais do XI Seminário da Associação Nacional Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo*.
- Botelho, E. S. & Rodrigues, C. G. (2016). Inserção das iniciativas de base comunitária no desenvolvimento do turismo em parques nacionais. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 280-295. DOI: <http://dx.doi.org/10.18472/cvt.16n2.2016.1202>
- Braga, A. S. (2013) *Viabilização do uso público de parques nacionais e a disponibilização por particulares de serviços de apoio à visitação*. *Dissertação de mestrado*. Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasil.
- Brasil (1995) *Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995*. Dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18987cons.htm.
- Brasil. (2000) *Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000*. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm.
- Brasil. (2008). Ministério do Meio Ambiente e Ministério do Turismo. *Programa de Turismo nos Parques*. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/revistafinal.pdf>.
- Brasil. (2018) *Lei nº 13.668 de 28 de maio de 2018*. Altera as Leis nº 11.516, de 28 de agosto de 2007, 7.957, de 20 de dezembro de 1989, e 9.985, de 18 de julho de 2000, para dispor sobre a destinação e a aplicação dos recursos de compensação ambiental e sobre a contratação de pessoal por tempo determinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) e pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Lei/L13668.htm
- Brockington, D. & Duffy, R. (2010). Capitalism and conservation: The production and reproduction of biodiversity conservation. *Antipode*, 42 (3), 469-484. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1467-8330.2010.00760.x>
- Brumatti, P. N. M. (2020). *O espelho das concessões turísticas em Parques Nacionais do Brasil: uma perspectiva sobre vulnerabilidades*. *Tese de Doutorado*. Programa de Pós-Graduação em Turismo. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, Brasil.

- Brumatti, P. N. M., & Rozendo, C. (2021). Parques Nacionais, turismo e governança: Reflexões acerca das concessões dos serviços turísticos no Brasil. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, 15 (3), 2119. DOI: <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i3.2119>.
- Bryant, K. (2019). Concessions causing detrimental impacts on the original vision of national parks. *Kentucky Law Journal Online*. 107. Recuperado de: <https://www.kentuckylawjournal.org/online-originals/index.php/2019/06/13/concessions-causing-detrimental-impacts-on-the-original-vision-of-national-parks>.
- Carrillo, A. C., Catapan, M. I. S (2016). *Levantamento e sistematização de modelos e arranjos de parcerias com o setor privado e o terceiro setor compatíveis com as necessidades de gestão das Unidades de Conservação*. Parcerias Ambientais Público-Privadas/IBAM. Disponível em: <http://www.papp.org.br/>
- Chape, S., Spalding, M., Jenkins, M. (2008). *The world's protected areas: Status, Value and Prospects in the 21st Century*. UNEP/ World Conservation Monitoring Centre. University of California Press. Berkeley, USA. Disponível em: <https://www.unep-wcmc.org/resources-and-data/the-worlds-protected-areas-status-value-and-prospects-in-the-21st-century>
- Costa, H. M. (2017). *Relatório do evento Oficina de Monitoramento de Contratos de Concessões*. Parcerias ambientais público-privadas. ICMBio/IBAM/BID/Fundo.
- Coghlan, A., Castley, J. G. (2013). A matter of perspective: Residents', regulars' and locals' perceptions of private tourism ecolodge concessions in Kruger National Park, South Africa. *Current Issues in Tourism*, 16 (7-8), 682-699. DOI: <https://doi.org/10.1080/13683500.2013.785482>
- Dinica, V. (2017). Tourism concessions in National Parks: neo-liberal governance experiments for a Conservation Economy in New Zealand. *Journal of Sustainable Tourism*, 25 (12), 1811-1829. DOI: <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1115512>
- Eagles, P. F. J. (2009). Governance of Recreation and Tourism Partnerships in Parks and Protected Areas. *Journal of Sustainable Tourism*, 17 (2):231-248. DOI: 10.1080/09669580802495725
- Eagles, P. F. (2014). Research priorities in park tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 22(4), 528-549. DOI: 10.1080/09669582.2013.785554
- Eagles, P.F.J., Baycetch, C.M., Chen, X., Dong, L., Halpenny, E., Kwan, P.B., Lenuzzi, J., Wang, X., Xiao, H., Zhang, Y. (2009). *Guidelines for planning and management of concessions, licenses and permits for tourism in protected areas*. University of Waterloo, Canada. Disponível em: <https://www.terrabrasilis.org.br/ecotecadigital/images/Guidelines.pdf>
- Ensslin, L., Rolim Ensslin, S., de Moraes Pinto, H. (2013). Processo de investigação e Análise bibliométrica: Avaliação da Qualidade dos Serviços Bancários. *RAC-Revista de Administração Contemporânea*, 17(3), 325-349. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1415-65552013000300005>.
- Ensslin, L.; Ensslin, S. R.; Lacerda, R. T. O., Tasca, J. E. (2010). *ProKnow-C, Knowledge Development Process—Constructivist: processo técnico com patente de registro pendente junto ao INPI*. Brasil, 2010.

- Estima, D. C., Ventura, M. A. M., Rabinovici, A., Martins F. M. C. P. F. (2014). Concession in tourism services and partnerships in the Marine National Park of Fernando de Noronha, Brazil. *Journal of Integrated Coastal Zone Management*, 14 (2), 215-232. DOI: <http://dx.doi.org/10.5894/rgci469>.
- Font, X., Cochrane, J., Tapper, R. (2004). *Tourism for Protected Area Financing: Understanding tourism revenues for effective management plans*. Leeds (UK): Leeds. Metropolitan University.
- Godoy, L. R. C., Leuzinger, M. D. (2015). O financiamento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação no Brasil: Características e tendências. *Revista de Informação Legislativa*, 52 (206), 223-243. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/512457>
- Gorini, A. P. F., Mendes, E. D. F., Carvalho, D. M. P. (2006). *Concessão de serviços e atrativos turísticos em áreas naturais protegidas: o caso do Parque Nacional do Iguaçu*. BNDES. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2487>
- Gudynas, E. (1999). La privatización de la vida: América Latina ante las nuevas políticas ambientales neoliberales. *Pasos*, 81.
- Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2016). *Concessões: prioridades de execução 2016-2018*. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - ICMBio. Brasília- DF, Brasil. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/voluntariado/dcom_cartilha_concessoes_2016_ICMBio.pdf
- Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2018). *Estratégias de implementação da visitação em unidades de conservação federais: prioridades de execução 2018-2020*. Coordenação Geral de Uso Público e Negócios - ICMBio. Brasília- DF, Brasil. https://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/comunicacao/publicacoes/publicacoes-diversas/parques_do_brasil_estrategia_implementacao_visitacao_2018_2020_ICMBio.pdf
- Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBio. (2019). *Relatório de gestão 2018*. Brasília-DF: ICMBio. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/acessoinformacao/relatorios-de-gestao.html>
- Instituto Chico Mendes da Conservação da Biodiversidade - ICMBio (2020). *Base de dados do monitoramento da visitação em Unidades de Conservação Federais- 2000/2019*. Disponível em: <https://dados.gov.br/dataset/http-www-icmbio-gov-br-acessoinformacao-plano-de-dados-abertos-html>.
- Instituto Semeia (2019). *Diagnóstico do uso público em parques brasileiros: a perspectiva dos gestores*. São Paulo: Semeia. Disponível em: <http://www.semeia.org.br/>
- Maciel, G. G. (2015). Mercantilização da cidade do Rio de Janeiro e suas implicações na gestão de unidades de conservação: um estudo sobre a concessão do Setor Paineras/Corcovado (Parque Nacional da Tijuca—RJ) e os efeitos sobre os moradores das favelas do Cerro Corá e do Guararapes. *Mestrado em Serviço Social*, Rio de Janeiro: PUC-Rio.

- Maranhão, T. C., Oliveira, A. C., Silva, E. F. P., Silva, G. C., Abreu, G. J., Coloneze, J. F., de Souza, J. E. F. P. (2018). Sustentabilidade das concessões em unidades de conservação: contribuições a partir da experiência do parque nacional da Serra dos Órgãos. *Revista JOPIC UNIFESO*, 1(3), 93-105. Disponível em: <http://www.revista.unifeso.edu.br/index.php/jopic/article/view/906>
- Medeiros, R., Young; C.E.F (2011). *Contribuição das unidades de conservação brasileiras para a economia nacional: Relatório Final*. Brasília: UNEP/WCMC.
- Migliorini, S. M. dos S., Biesek, A. S. (2015). Parceria entre poder público e iniciativa privada na gestão das unidades de conservação ambiental. *Anais do XI Encontro Nacional ANPEGE*. p. 6561-6572. Disponível em: <http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/23/641.pdf>
- Ministério do Turismo (2019). *Categorização dos Municípios das Regiões Turísticas do Mapa do Turismo Brasileiro: perguntas e respostas*. Brasília- DF: Ministério do Turismo. Disponível em: http://www.regionalizacao.turismo.gov.br/images/conteudo/Perguntas_espostas_Categorizacao_2019.pdf
- Ngwakwe, C. C., Mokgalong, N. M. (2016). Revenue and conservation implication of South African National Parks' commercialisation. *Turizam: međunarodni znanstveno-stručni časopis*, 64(3), 295-310. Disponível em: <https://hrcak.srce.hr/166883>
- Nyahunzvi, D. K. (2016). The changing nature of national parks under neoliberalization. In: Mosedale, J. (Ed). *Neoliberalism and the political economy of tourism*. London/New York: Routledge. p. 111-128.
- Ojeda, D. (2012). Green pretexts: Ecotourism, neoliberal conservation and land grabbing in Tayrona National Natural Park, Colombia. *Journal of Peasant Studies*, 39 (2), 357-375. DOI: 10.1080/03066150.2012.658777
- Pasquali, R. (2006). Parcerias público-privadas na gestão de serviços turísticos em parques nacionais: possibilidades para o Parque Nacional da Chapada dos Guimarães – MT. *Dissertação de Mestrado*. Programa de Pós-graduação em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí – SC.
- Rocktaeschel, B. M. M (1999). *Marco conceitual e diretrizes para terceirizações administrativas em unidades de conservação*. IBAMA. Brasília – DF, Brasil.
- Rodrigues, C. G. de O. (2009). O uso do público nos parques nacionais: a relação entre as esferas pública e privada na apropriação da biodiversidade. *Tese de Doutorado*. Universidade de Brasília- DF.
- Rodrigues, C. G. de O., da Godoy, L. R. C. (2013). Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 28, 75-88. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/31280/21658>
- SANParks, South African National Parks (2017). *Annual Report 2016/17*. Disponível em: <https://www.sanparks.org/assets/docs/general/annual-report-2017.pdf>
- Santos, A. A. (2011). Concessão e ou terceirização de serviços em parques nacionais: incentivo ao aumento de receitas. *Tese de Doutorado*. Lavras: Universidade Federal de Lavras.

- Santos, A. A., Ambrósio, R. V., Borges, A. F. (2013). Concessão ou terceirização de serviços turísticos em parques nacionais brasileiros: incentivo ao aumento de receitas. *Anais do XI Encontro de Pesquisadores do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*, 17-22.
- Slocum, S. L. (2017). Operationalising both sustainability and neo-liberalism in protected areas: implications from the USA's national park service's evolving experiences and challenges. *Journal of Sustainable Tourism*, 25 (12), 1848-1864. DOI: 10.1080/09669582.2016.1260574
- Souza, M. C. C., Amorim, M. C. C. T. (2019). A prática turística no Parque Nacional do Iguaçu, em Foz do Iguaçu-PR (Brasil) e os elementos formadores do espaço. *Caderno de Geografia*, 29(57), 561-582. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2019v29n57p561-582>.
- Souza, T. V. S. B., Thapa, B., Rodrigues, C. G. O., Imori, D. (2017). *Contribuições do Turismo em Unidades de Conservação Federais para a Economia Brasileira-Efeitos dos Gastos dos Visitantes em 2015*. ICMBio. Brasília. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/publicacoes?showall=&start=5>
- Spenceley, A., Snyman, S., Eagles, P. (2017). *Guidelines for tourism partnerships and concessions for protected areas: Generating sustainable revenues for conservation and development*. Secretariat of the Convention on Biological Diversity and IUCN. Disponível em: <https://www.cbd.int/tourism/doc/tourism-partnerships-protected-areas-web.pdf>
- Thompson, A., Massyn, P.J., Pendry, J., Pastorelli, J. (2014). *Tourism Concessions in Protected Natural Areas: Guidelines for Managers*. United Nations Development Programme- UNDP. Disponível em: <https://www.cbd.int/financial/privatesector/undp-tourismconcessions.pdf>
- Torres, R., Cosenza, B. (2017). Avaliação da gestão e sustentabilidade do Parque Nacional do Caparaó (Estados de Minas Gerais e Espírito Santo), Brasil. *Revista Brasileira de Gestão Ambiental e Sustentabilidade*, 4(8), 395-419.
- Trevisan, F. L. (2018). O patrimônio mundial natural e a produção de destinos turísticos no Brasil: Parque Nacional do Iguaçu (PR). *Tese de doutorado*. Universidade Estadual de Campinas – SP.
- Valverde, S., Maragliano, G., Impemba, M. (2015). Expansionismo turístico, poblaciones indígenas mapuche y territorios en conflicto en Neuquén, Argentina. *Pasos. Revista De Turismo y Patrimonio Cultural*, 13 (2), 395-410. DOI: <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2015.13.028>
- Wood, M. E. (2010). *Best Practice For Tourism Concessions in Protected Areas: cases studies from Latin America*. Epler Wood International. Disponível em: https://www.academia.edu/10773205/Best_Practice_for_Tourism_Concessions_in_Protected_Areas_Cases_from_Latin_America
- World Economic Forum (2017). *The Travel & Tourism Competitiveness Report 2017*. Genebra, Suíça. Disponível em: <https://www.weforum.org/reports/the-travel-tourism-competitiveness-report-2017>
- Wyman, M., J.R. Barborak, N. Inamdar, T. Stein. (2011). Best Practices for Tourism Concessions in Protected Areas: A Review of the Field. *Forests*, 2 (2), 913-928. DOI: 10.3390/f2040913.

Índice Remissivo

	C	internet, 73, 74, 76, 77, 80, 81, 82, 83, 86, 88
Cidade, 48, 49		
	E	Parques Nacionais, 7, 10, 17
Eventos, 56, 58, 61, 62, 63, 65, 68, 69		perfil, 76, 77, 83, 84
	I	
Instituto Federal de Brasília, 56, 57, 61		turismo, 73, 74, 78, 79, 80, 81, 82, 85, 86, 87

Sobre os organizadores



  **Queila Pahim da Silva**

Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico nas áreas de Turismo, Hospitalidade e Lazer no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília (IFB). Doutora em Educação pela Universidade Católica de Brasília. Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2012); Especialista em Planejamento e Consultoria Turística pela Faculdade Estácio de Sá RN (2009); Bacharel em Turismo pela Faculdade de Ciências Cultura e Extensão do Rio Grande do Norte (2005) e técnica de Guia de Turismo pelo SENAC RN (2005). Atua nas áreas de formação de professores para a educação bilíngue de Surdos, educação de Surdos e oratória para ouvintes. Participa dos Grupos de Pesquisa: Grupo de Estudos Críticos e Avançados em Linguagens (GECAL) da Universidade de Brasília, Comunidade Escolar: Encontros e Diálogos Educativos da Universidade Católica de Brasília e Ensino de Libras - Língua Brasileira de Sinais do Instituto Federal de Brasília. Faz parte do corpo editorial da Pantanal Editora.



  **Sergio Ramiro Rivero Guardia**

Doutor em turismo (2020), mestre em sistemas e computação na área de engenharia de software pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte UFRN (2002). Graduado em processamento de dados pela Universidade Federal de Campina Grande UFCG (1987). Atualmente é engenheiro de sistemas e consultor em tecnologias da informação e comunicação na DATANORTE (Companhia de Processamento de Dados do RN) e professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Com larga experiência na área de sistemas de informação empresarial e assessoria na gestão de empresas, tendo participado na modelagem de processos de negócios e no desenvolvimento de sistemas computadorizados, atuando principalmente nas áreas de: Inovação, gestão da TIC, gerenciamento de projetos, integração, desenvolvimento e implantação de sistemas de informação, negócios eletrônicos, sistemas de qualidade ISO e mais recentemente em marketing digital. No momento interessado em cidades e destinos inteligentes.



Pantanal Editora

Rua Abaete, 83, Sala B, Centro. CEP: 78690-000
Nova Xavantina – Mato Grosso – Brasil
Telefone (66) 99682-4165 (Whatsapp)
<https://www.editorapantanal.com.br>
contato@editorapantanal.com.br